



*Edson Almino*  
*Advocacia & Consultoria Jurídica*

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA**  
**\_\_\_\_ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CRATO/CE.**

AÇÃO DE COBRANÇA DE  
INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA DPVAT

**MIRIAM PAULINO ALVES**, brasileira, casada, autônoma, portadora do RG nº: 2002034002976 SSP/CE e do CPF nº: 462.177.033-00, residente e domiciliada na Rua Joaquim Caboclo, nº 71, Vila São Francisco, na cidade de Crato/CE, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por intermédio dos seus advogados infra-assinados (instrumento de procuração - doc. anexo), com fulcro no art. 318 e seguintes do Código de Processo Civil, promover a presente **AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA DPVAT** com fulcro na Lei 8.441/92, que dá nova redação à Lei Federal nº 6.194/74, e nos demais dispositivos legais aplicáveis à espécie, em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, inscrita no CNPJ n. 09.248.608/0001-04, situada à Rua Senador Dantas, nº.74, 15º Andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ, CEP - 20031 - 205, pelo que declara e passa a expor:

## **1 - PRELIMINARMENTE**

### **1.1 - NOTIFICAÇÕES E INTIMAÇÕES:**

Preliminarmente, requer a Vossa Excelência que todas as intimações e notificações atinentes ao presente feito sejam dirigidas aos **Drs. Edson Almino Felix Filho, OAB/CE 34.540 e Emília Feitosa Batista, OAB/CE 35.746** sob pena de nulidade processual (art. 272, §2º do CPC).



*Edson Almino*  
*Advocacia & Consultoria Jurídica*

## **1.2 - DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA:**

A Gratuidade da Justiça é concedida para aqueles que não possuem recursos suficientes para custear as despesas processuais sem que reste prejudicado o seu próprio sustento ou de sua família. Nesse sentido, vejamos o que dispõe o novo Código de Processo Civil:

Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.

Art. 99. O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso.

§3º Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.

§4º A assistência do requerente por advogado particular não impede a concessão de gratuidade da justiça.

Nesse diapasão, a parte Requerente faz *jus* a concessão dos benefícios da Gratuidade da Justiça, pois a escarces de seus recursos o impossibilita suportar as custas judiciais sem por em risco sua subsistência e de sua família.

## **2 - DA SITUAÇÃO FÁTICA E JURÍDICA:**

A Requerente foi vítima de acidente de trânsito ocorrido no dia 05 de novembro de 2017 (conforme informações constantes do B.O em anexo), tendo lesões como resultado do incidente mencionado. Vejamos:

### **1. Fratura em pé direito.**



---

*Edson Almino*  
*Advocacia & Consultoria Jurídica*

---

As lesões provenientes do acidente resultaram em sequelas definitivas que impedem o desempenho normal de suas atividades quotidianas, amargando, a Autora, dissabor pelo resto de sua vida.

Nesse sentido, o laudo médico aponta que o acidente ocasionou fratura em pé direito.

Ademais, para além das fraturas e suas respectivas gravidades, a Autora foi submetida a procedimento ambulatorial e medicamentoso, sem olvidar no longo período de recuperação.

Conforme atestado médico, as lesões apresentadas tem caráter de invalidez permanente, ou seja, não há possibilidade de recuperação significativa ou de cura.

Em virtude disto recebeu, de forma administrativa, o valor de R\$ 1.350,00 (hum mil trezentos e cinquenta reais), na data de 21 de maio de 2018, conforme se pode comprovar dos documentos acostados à Inicial.

Em razão da diferença entre o que é devido, conforme art. 3º da Lei 6194/74, e o que foi pago de modo administrativo, nota-se, de forma clara como a luz do sol, a necessidade de pagamento da diferença securitária, não só como uma medida de justiça, mas de proporcionalidade entre o que DEVE ser recebido e o dano sofrido pelo Autor.

Conforme se percebe da tabela anexa, a lesão <sup>no</sup>proveniente do acidente de trânsito permite ao Requerente a indenização de **até R\$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais)**.

Sendo o Requerente vítima de acidente de veículo automotor, atrai, consequentemente, a aplicação da Lei nº 6.194/74 (Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não); conforme o artigo 3º, II e §1º, que dispõem:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:



*Edson Almino*  
*Advocacia & Consultoria Jurídica*

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

[...]

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

Portanto, o Requerente possui direito à receber a diferença entre o valor pago administrativamente (R\$ 1.350,00 - hum mil trezentos e cinquenta reais) e o valor que deveria ter sido efetuado em razão do evento danoso (**até R\$ 6.750,00 - seis mil setecentos e cinquenta reais**), totalizando uma diferença à título indenizatório/reparatório de **R\$5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais)**.

Vale a pena ressaltar que a existência do acidente, independentemente da culpa (art. 5º da Lei 6194/74), e **comprovação do nexo de causalidade entre o fato e o dano sofrido pelo Autor são circunstâncias suficiente para a viabilidade do direito à indenização securitária pleiteada**, se manifestando assim a jurisprudência pátria. Cito:

SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES  
APELAÇÃO CÍVEL 4550/96 - Reg. 3204-1 Cod.  
96.001.04550 QUARTA CÂMARA - Unânime Juiz:  
PAULO GUSTAVO REBELLO HORTA - Julg: 27/06/96  
DPVAT. FALTA DE CONTRATAÇÃO DO SEGURO. LEI N.  
8441/92. INCONSTITUCIONALIDADE. INOCORRENCIA. A  
Lei n. 8441/92 não conflita com o art. 192 da  
Constituição da Republica nem contraria a



*Edson Almino*  
*Advocacia & Consultoria Jurídica*

essência do contrato de seguro, previsto no art. 1432 do Código Civil, nos casos em que o seguro não se acha realizado ou vencido, pois a constituição obrigatória do consórcio de seguradoras foi criado justamente para cobrir a indenização por pessoas acidentadas, independente do pagamento do prêmio. Inconstitucionalidade rejeitada. **A indenização por morte em acidente de trânsito e devida, mediante simples prova do acidente, ainda que não recolhido o DPVAT. Cabe a seguradora acionada reaver do consórcio o que tiver satisfeito em face da aplicação do art. 7º da Lei n. 8441/92. (Grifo nosso).**

Cumprе esclarecer, por derradeiro, que **NÃO É** necessário à Autora/Vítima manter contrato com seguradora privada, arcando com os custos previsto na tabela disposta no art. 3º da Lei 6194/74 a Seguradora Ré.

Assim sendo, buscando o pagamento integral do quanto devido pela Requerida, ingressa com a presente ação pleiteando a diferença securitária com base na Lei nº. 6.194/74.

**3 - A PERÍCIA TÉCNICA COMO UMA NECESSIDADE À SOLUÇÃO DA PRESENTE LIDE:**

É importante ter em mente que com a entrada, no dia 18 de Março de 2016, do Código de Processo Civil, houve a exclusão completa do rito sumário (arts. 274 e ss do CPC/73), não havendo mais o procedimento usual das demandas de Indenização/Cobrança de Seguro DPVAT.

Inobstante a extinção do procedimento sumário, se faz indispensável à solução das demandas referentes ao Seguro DPVAT a perícia judicial, haja vista a necessidade do laudo do expert para que seja possível delimitar a extensão do dano sofrido e a justa indenização para tanto.

Portanto, requer, e reafirmará tal intuito abaixo, a não realização da audiência de conciliação e a designação da perícia tão logo seja apresentada a Contestação, tudo



---

*Edson Almino*  
*Advocacia & Consultoria Jurídica*

conforme expressão disposição dos arts. 464, *caput* e 465, *caput*, ambos do CPC.

#### **4 - DA DISPENSA DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA:**

A audiência de conciliação prévia, como busca da autocomposição dos litígios que envolvam direitos disponíveis, é um traço marcante no atual Código de Processo Civil.

Como preconiza a Lei Adjetiva, especificamente na parte que dispõe sobre as normas fundamentais, a conciliação e a mediação deverão ser estimulados por todos aqueles que atuem de forma proativa no Poder Judiciário (e até extrajudicialmente), senão vejamos:

Art. 3º Não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito.

[...]

§ 3º A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial.

Assim sendo, é notório que os direitos aqui expostos são totalmente disponíveis para ambas as Partes, uma vez que trata-se de cobrança pecuniária de diferença quanto ao recebimento do seguro DPVAT.

Entretanto, a Parte Autora ajuíza a presente ação pois não concorda com os termos discutidos de forma extrajudicial (proposta de acordo pela Seguradora), **se mostrando completamente dispendioso para a rápida solução do litígio, uma vez que a autocomposição se mostra inviável no caso concreto.**

#### **5 - DOS PEDIDOS:**



*Edson Almino*  
*Advocacia & Consultoria Jurídica*

Destarte, ante o exposto, REQUER:

a) A concessão da gratuidade da justiça em razão da declaração que segue em anexo e conforme expressa disposição legal (arts. 98, caput e §1º, I e 105, caput, ambos do CPC);

b) A não realização da audiência conciliatória, com a consequente cientificação do prazo de 15 dias para apresentar Contestação, à contar da juntada do aviso de recebimento aos presentes autos (art. 231, I c/c art. 334, §4º, I, ambos do CPC), sob pena de revelia e consequente presunção de veracidade dos fatos articulados na presente peça, haja vista a robusta prova documental acostada.

c) A designação, tão logo seja apresentada a contestação, da perícia judicial (arts. 464 e 465 do CPC);

d) A PROCEDÊNCIA da presente ação, com a condenação da requerida ao pagamento da diferença da indenização do seguro obrigatório DPVAT no valor de **R\$5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais)** com juros de 1% a.m. contados desde a data do acidente, conforme Súmula 54 do STJ e atualizados à data da efetiva liquidação, com fulcro no artigo 3º, II da Lei 6.194/74;

e) A condenação da Requerida nas custas processuais (art. 84 do CPC), bem como nos honorários advocatícios no valor de 20% da condenação, do proveito econômico pretendido ou, em não sendo possível mensurá-lo, do valor atualizado da causa (art. 85, caput e §2º do CPC);

Protesta e requer provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, sem exceção de nenhuma, especialmente pelos documentos que instruem esta Inicial.



---

*Edson Almino*  
*Advocacia & Consultoria Jurídica*

**Dá-se a esta causa o valor de R\$5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais).**

Nestes termos  
Pede Deferimento

Juazeiro do Norte-CE, 06 de setembro de 2018.

**Edson Almino Felix Filho**  
**OAB/CE 34.540**

**Emília Feitosa Batista**  
**OAB/CE 35.746**





**PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"**

**OUTORGANTE:** Miniam Paulino Alves, casada, autônoma  
Rua Joaquim Caboclo, nº 71, Vila São Francisco, Crato/CE  
RG 2002.034002976 / CPF 462.177.033-00

**OUTORGADOS:** Dr. ARTHUR GOMES PONTES, brasileiro, solteiro, Advogado inscrito na OAB/CE sob o nº 34.322 e Dr. EDSON ALMINO FELIX FILHO, brasileiro, solteiro, Advogado inscrito na OAB/CE sob o nº 34.540 e Dra. GESSICA FEITOSA MORAES ANDRADE, brasileira, solteira, Advogada inscrita na OAB/CE sob o nº 34.539, todos com endereço na Rua Beata Maria de Araújo, nº 09, Romeirão, Juazeiro do Norte-CE, onde recebem intimações e notificações.

**PODERES:** O (A) outorgante concede os mais amplos, gerais, especiais e ilimitados poderes, para representá-lo(a) junto ao foro em geral, conforme o artigo 105 do CPC, bem como os poderes da cláusula "*ad judicium et extra*", em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-lo(os/as) nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando dos recursos legais, acompanhando-o(a) e promovendo quaisquer medidas preliminares, previstas ou assecuratórias dos seus direitos e interesses; conferindo-lhe, também, poderes especiais para transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação e/ou procedimento, dar e receber quitação, bem como de levantar valores depositados em instituições financeiras decorrentes de pleitos administrativos e/ou judiciais (como por exemplo alvarás judiciais), firmar compromisso, perante qualquer juízo, instância ou tribunal, propor execução, requerer insolvência, rescisória, embargos, agravos, agindo em conjunto ou separadamente, firmar compromisso e assinar declaração de hipossuficiência de recursos econômico, podendo, ainda, representar junto às instituições financeiras e repartições públicas federais, estaduais e municipais; empresas públicas, autárquicas, sociedades de economia mista, pessoas jurídicas de direito público/privado ou pessoas físicas em geral, podendo substabelecer (em conjunto ou isoladamente), com ou sem reserva de poderes, o presente mandato, dando tudo por bom, firme e valioso, enfim, poderá o(s) procurador(es), praticar(em), alegar(em), promover(em) e assinar(em) todos os atos necessários ao bom e fiel cumprimento do presente mandato.

**DECLARA,** ainda, que possui recursos insuficientes para arcar com as despesas e custas processuais, conforme expressa disposição dos art. 98, *caput* e I c/c art. 99, *caput* e §3º, ambos do CPC.

Juazeiro do Norte/CE, 03 de Setembro de 2018

Miniam Paulino Alves  
OUTORGANTE

REGISTRO  
SERIAL 2002034002976  
NOME MIRIAM PAULINO ALVES  
DATA DE EXPEDICAC 14/1/2002  
FILIAÇÃO ELIZEU PAULINO DA COSTA E ALZENIR PEREIRA DA COSTA  
NATURALIDADE CRATO-CE  
DATA DE NASCIMENTO 3/8/1970  
DOC ORIGEM CERT.CASAM. 496 L B6 F  
107 DOM QUINTINO CRATO-CE.  
CPF 46217703300 ID. ANT. 210360491  
ASSINATURA DO DIRETOR  
LEI Nº 7116 DE 29-08-83

ESTADO DO CEARÁ  
SECRETARIA DA JUSTIÇA, DO PUELO  
E GERAL DA CIDADANIA  
INSTITUTO CENSENTIFICACAO  
FOTO  
FIMPA  
MIRIAM PAULINO ALVES  
ASSINATURA DO TITULAR  
CARTEIRA DE IDENTIDADE



Nota Fiscal - Conta de Energia Elétrica Grupo B (Série B 4 - B) 509923975  
Companhia Energetica do Ceará

Esta é a segunda via de  
**JAN/2018**

**DADOS DO CLIENTE**

Rota 35 011004 07 0658000 Medidor 12407146 Poste 0000 0  
Nome FRANCISCO DIONIZIO ALVES FILHO  
Endereço Postal

End. da Unidade Consumidora RU JOAQUIM CABOCLLO 00071 VL SAO FRANCISC CRATO 60000000

RG - CPF - CNPJ 845.665.073-00 CGF

Classe 01-RESIDENCIAL, MONOFASICA, BAIXA RENDA Fator de Potência 0

**INFORMAÇÕES SOBRE O FATURAMENTO DO CONSUMO**

Leitura Atual Leitura Anterior Constante Consumo kWh Consumo Total Consumo Habilitado

FP 10972 10902 1 71 0 71

**DESCRIÇÃO DA CONTA**

**ENERGIA**  
Consumo faixa 0-30 Kwh  
Consumo faixa 31-100 Kwh

Quantidade	Tarifa	Valor (R\$)
30	0,17494	5,24
41	0,29991	12,30

**DATAS DE LEITURA**

Data de Entrada de Leitura 22/01/2018  
Data de Saída de Leitura 20/02/2018

**ÁREA RESERVADA AO CONTROLE FISCAL**

A5DA.5199.88DD.57FF.D718.6AB7.F220.0B15

**ICMS**

Base de Cálculo (R\$) Aliquota Valor do Imposto  
ISENTO

**COMPOSIÇÃO DO VALOR DE CONSUMO**

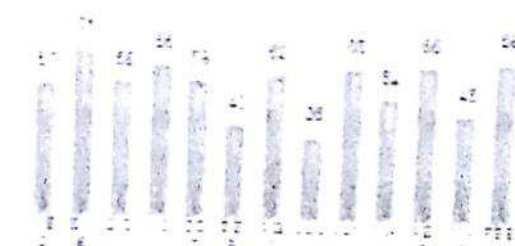
ENERGIA	8,23
TRANSMISSÃO	0,82
DISTRIBUIÇÃO	5,59
ENCARGOS SETORIAIS	1,93
TRIBUTOS (ICMS, PIS/COFINS)	1,97

**INDIC. DE QUALIDADE DO FORNECIMENTO**

Índice de Qualidade do Serviço Prestado CM: 8,70  
Mês NOV/ 2017

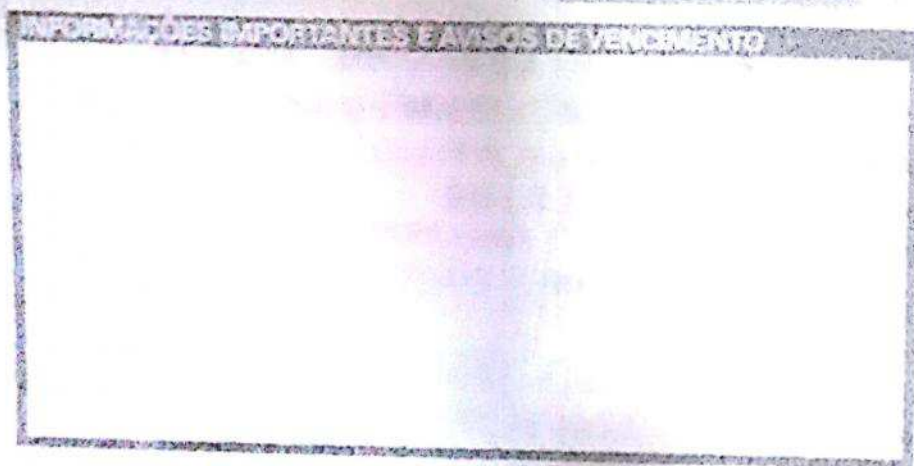
Índice	Padrão Individual		Aprovação Individual		Aprovação Coletiva	
	Mês	Ano	Mês	Ano	Mês	Ano
D-Classe	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FIC (km)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DMC (m)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**HISTÓRICO DE CONSUMO (últimos 12 meses)**



**CONSUMO CONSCIENTE - EMISSÕES DE CO<sub>2</sub> (kg/kWh)**

Compensação das emissões pelo consumo de energia elétrica  
Emissão kg CO<sub>2</sub> Compensação kg CO<sub>2</sub> Compensação da Emissões CO<sub>2</sub>



Nº do Cliente: 2887262-2 N.º da Nota Fiscal: 509923975 Total a Pagar (R\$): 0,00  
Data de Emissão: 29/01/2018 Referência: JAN/2018 N.º da Conta:

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por EDSON ALMINO FELIX FILHO e Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, protocolado em 06/09/2018 às 15:17, sob o número 00031292520188060071. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjce.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00031292-25.2018.8.06.0071 e código 3C88DB1.





BOLETIM DE OCORRÊNCIA N° 446 - 828 / 2018

**Dados da Ocorrência**

Natureza do Fato: **LESAO CORPORAL CULPOSA - TRANSITO**  
Data / Hora da Comunicação: **30/01/2018 08:32:15**  
Data / Hora da Ocorrência: **05/11/2017 17:20:00**  
Endereço da Ocorrência: **AVENIDA THOMAZ OSTERNE DE ALENCAR**  
Complemento:  
Bairro: **VILA ALTA** Município: **CRATO/CE**  
Ponto de Referência: **PRÓXIMO AO COLÉGIO ELDORADO**

**Dados da(s) Vítima(s)**

Nome: **FRANCISCO DIONIZIO ALVES FILHO**  
Nascimento: **14/04/1979** CPF: **845.665.073-00**  
RG: **306473996** Órgão Emissor: UF:  
Filiação: **BARBARA DE CASTRO ALVES**  
**FRANCISCO DIONIZIO ALVES**  
Endereço: **RUA JOAQUIM CABLOCO, 71**  
Bairro: **VILA SÃO FRANCISCO**  
Município: **CRATO/CE** CEP:  
País: **BRASIL** Telefone: **(88) 99909-5740**

Nome: **MIRIAM PAULINO ALVES**  
Nascimento: **03/08/1970** CPF: **462.177.033-00**  
RG: **2002034002976** Órgão Emissor: UF:  
Filiação: **ALZENIR PEREIRA DA COSTA**  
**ELIZEU PAULINO DA COSTA**  
Endereço: **RUA JOAQUIM CABLOCO, 71**  
Bairro: **VILA SÃO FRANCISCO**  
Município: **CRATO/CE** CEP:  
País: **BRASIL** Telefone: **(88) 99994-9456**

**Dados do(s) Veículo(s)**

1) Placa: **PMZ3747** Uf: **CE** Município: **CRATO** Chassi:  
**9C2KD0550ER350071** Renavam: **1036689430** Tipo do Veículo:  
**MOTOCICLETA** Marca / Modelo: **HONDA/NXR150 BROS ES** Ano  
Fabricação: **2014** Ano Modelo: **2014** Combustível: **GASOLINA/ALCOOL**  
Cor: **VERMELHA** Proprietário: **FRANCISCO DIONIZIO ALVES FILHO**  
Situação: **NÃO INFORMADO** Envolvimento: **COLISAO**

**Histórico**

ADVERTIDO(A) DAS PENALIDADES PREVISTAS PARA OS CRIMES DE FALSO TESTEMUNHO, DENUNCIAÇÃO CALUNIOSA E COMUNICAÇÃO FALSA DE CRIME/CONTRAVENÇÃO DISSE QUE: NA DATA ACIMA MENCIONADA FOI VÍTIMA DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO JUNTAMENTE COM SUA ESPOSA, MIRIAM PAULINO ALVES; QUE PILOTAVA A MOTOCICLETA DE CARACTERÍSTICAS ACIMA CITADAS COM SUA ESPOSA NA GARUPA, QUANDO UM AUTOMÓVEL DE PLACA NÃO SABIDA E CONDUTOR CONHECIDO POR "MESTRE BRAGA", ADENTROU NA CONTRAMÃO DE DIREÇÃO, VINDO A COLIDIR COM A MOTOCICLETA EM QUE ANDAVAM AS VÍTIMAS; QUE EM VIRTUDE AMBOS CAÍRAM AO SOLO FICANDO LESIONADOS; QUE TEVE ESCORIAÇÕES E CORTE EM UMA DAS PERNAS E SUA ESPOSA FRATUROU O PÉ; QUE AMBOS FORAM SOCORRIDOS PELO SAMU; QUE FOI ENCAMINHADO





**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
 SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
 POLÍCIA CIVIL  
 DELEGACIA REGIONAL DE CRATO



**BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 446 - 828 / 2018**

AO HOSPITAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS EM CRATO E SUA ESPOSA FORA ENCAMINHADA AO HOSPITAL SÃO RAIMUNDO EM CRATO, CONSTATANDO-SE AS LESÕES DESCRITAS NOS LAUDOS MÉDICOS, PRONTUÁRIOS ANEXOS; QUE É HABILITADO E E REGISTRA O PRESENTE PARA FINS DE SEGURO DPVAT. E NADA MAIS DISSE.

DELEGACIA DESTINO: DELEGACIA REGIONAL DE CRATO

RESPONSÁVEL PELO REGISTRO :

ANA LUIZA COELHO - MAT.: 300214-1-X

RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO: XFCO DIONIZIO ALVES FILHO

VISTO DO DELEGADO(A) :

DENIS LEONARDO FERRAZ DA SILVA - MAT.: 198757-1-7

*vitima / GARÇA x Miriam Paulino Alves*

18/05/2018

Seguradora Líder-DPVAT Acompanhe o Processo

**SINISTRO 3180160061 - Resultado de consulta por beneficiário****VÍTIMA** MIRIAM PAULINO ALVES**COBERTURA** Invalidez**PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO** INVESTPREV

Seguradora S/A-Filial Fortaleza - CE

**BENEFICIÁRIO** MIRIAM PAULINO ALVES**CPF/CNPJ:** 46217703300

337150

**Posição em 18-05-2018 08:52:08**

Seu pedido de indenização está em fase final de análise na Seguradora Líder DPVAT. Em breve, o pagamento da indenização será liberado. Volte a consultar seu processo neste site dentro de 4 dias.

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
21/05/2018	R\$ 1.350,00	R\$ 0,00	R\$ 1.350,00



FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL

Data Emissão: 05/11/2017 18:33

N.Atendimento...: 452288 Convênio..: BPA SUS  
Data Atendimento: 05/11/2017 Hora:18:41 Matricula: 898002700011122  
Médico Respons...: MARCEL DE ALENCAR PITA Guia..  
Recepcionista...: RODRIGO Tipo de Atend...: AMBULATORIAL  
Setor Atend.....: CONSULTORIO Serviço: CONSULTA

=====IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE=====

Paciente..: MIRIAM PAULINO ALVES Pront: 100294  
Dta Nasc..: 03/08/1970 - 47 Anos - Sexo: FEMININO Est.Civil:CASADO RG: 20020340096  
Endereço..: RUA JOAQUIM CABOCLO 71 CASA  
Cep.....: 63132070 Bairro:PONTA DA SERRA Município:CRATO  
Estado....: CE Resp...: MARIA PAULINO DE SOUSA CRUZ  
Fone: 8899949456 97447161

CONSULTA MÉDICA

DIAGNÓSTICO

CONDUTA

ENCAMINHAMENTO

NATUREZA DO ATENDIMENTO

[ ] Resid. [ ] Ambul. [ ] Itern. [ ] Outro [ ] Clínica [ ] Cirurg [ ] Obst. [ ] Ped. [ ] Oftalmo. [ ] Outr

REQUISIÇÃO DE PROCEDIMENTOS

[ ] RAO-X [ ] ULTRASSOM [ ] ENDOSCOPIAY

MOTIVO DO ATENDIMENTO *trauma no braço esquerdo de maior tempo*  
*amputado + edema de mto*

DIAGNÓSTICO *fratura de 3º MT*

PROCEDIMENTO *Bolô fixação de fratura do 3º MT*  
*(RX DE OMBRO)*

EXAMES

DATA DO ATENDIMENTO: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Dr. MARCEL PITA  
Ortopedista e Traumatologista  
CRM 10671

Dr. (a) MARCEL DE ALENCAR PITA  
CRM: 010671 CPF: 65782135387

*M. Paulino*  
Paciente / Responsável



HOSPITAL  
**São Raimundo**  
FUNDAÇÃO LEANDRO BEZERRA

### Atestado Médico

Declaro para os devidos fins que o (a) paciente MIRIAM

TRACUO ALIS

encontra-se em tratamento

Amniotomia

necessitando de

60 ( sessenta ) dias

de afastamento de suas atividades laborais, a contar desta data.

Dr. MARCEL PITA  
Ortopedista e Traumatologista  
CRM 19671 / 12015

C.I.D. 592

Crato-CE,

05, 11, 17

Av. Teodorico Teles, 99 - Centro - Crato - CE - Fone: (88) 3523-2600

006 - Atestado Médico

Eccprint



FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL

Data Emissão: 14/11/2017 15:15

N.Atendimento....: 454102  
Data Atendimento: 14/11/2017 Hora:15:44  
Médico Respons...: MARCEL DE ALENCAR PITA  
Recepcionista....: MARILENE  
Setor Atend.....: CONSULTORIO  
Convênio.: BPA SUS  
Matricula: 898002700011122  
Guia.:  
Tipo de Atend...: AMBULATORIAL  
Serviço: RETORNO

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

Paciente.: MIRIAM PAULINO ALVES  
Dta Nasc.: 03/08/1970 - 47 Anos - Sexo: FEMININO Est.Civil:CASADO  
Endereço.: RUA JOAQUIM CABOCLO 71 CASA  
Cep.....: 63132070 Bairro:PONTA DA SERRA  
Estado....: CE Resp...: FRANCISCO DIONIZIO ALVES FILHO  
Fone: 8899949456 97447161  
Pront: 100294  
RG: 20020340

CONSULTA MÉDICA

DIAGNÓSTICO

CONDUTA

ENCAMINHAMENTO

NATUREZA DO ATENDIMENTO

[ ] Resid. [ ] Ambul. [ ] Itern. [ ] Outro [ ] Clínica [ ] Cirurg [ ] Obst. [ ] Ped. [ ] Oftalmo. [ ] Orto.

REQUISIÇÃO DE PROCEDIMENTOS

[ ] RAIO-X

[ ] ULTRASSOM

[ ] ENDOSCOPIA

MOTIVO DO ATENDIMENTO

*Prontuário em ar e edm de*  
*ne out.*

DIAGNÓSTICO

*Prontuário em ar e edm de*

PROCEDIMENTO

*Prontuário em ar e edm de*

EXAMES

DATA DO ATENDIMENTO: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Dr. (a) MARCEL DE ALENCAR PITA  
CRM: 010671 CPF: 65782135387

*Francisco Dioniziu Alves*  
Paciente / Responsável

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por EDSON ALMINDO FELIX FILHO e Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, protocolado em 06/09/2018 às 15:17, sob o número 00031292520188060071. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjce.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00031292520188060071 e código 3C88DB1.



GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ  
Secretaria da Saúde



SAMU  
192  
CEARÁ

## CERTIDÃO NARRATIVA

**CERTIFICAMOS**, em virtude da faculdade que nos é conferida por lei e, tendo em vista o requerimento por escrito da parte interessada, que o **SAMU 192 CEARÁ** prestou atendimento a Sra. **MIRIAM PAULINO ALVES**, portadora do RG 2002034002976 inscrita no CPF nº 46217703300, no dia 05/11/2017, às 17h30, no município de Crato/CE, na Av. Tomas Osterne de Alencar, vítima de colisão carro com moto, sendo encaminhada para o **Hospital São Raimundo**. para constar eu, Ana Cristine Medeiros Silva Ana Cristine Medeiros Silva, Assessora Técnica, lavrei a presente Certidão, a qual vai datada e assinada por MARIA DAS GRAÇAS TORRES, ASSESSORA EXECUTIVA.

Eusébio, 22 de Novembro de 2017

  
**Maria das Graças Torres**  
**ASSESSORIA EXECUTIVA**

**HOSPITAL SÃO RAIMUNDO**  
**FUNDAÇÃO LEANDRO BEZERRA DE MENEZES**  
**Fone: 88 3523-2600 Fax: 88 3523-2621**

Impressão: 24/11/2017

Nome: MIRIAM PAULINO ALVES

Requisição: 79574

Data: 24/11/2017

Conv: BPA SUS

Data Nasc: 03/08/1970 - 47 Anos Sexo: F

Tipo A.: EXTERNO

Nº Atend.: 455830

Tel: 8899949456 97447161

Usuario: LUANNA

End.: RUA JOAQUIM CABOCLO

71

- PONTA DA SERRA

Médico: 3997 JOSE MARCILIO NICODEMOS DA CRUZ

Código	Descrição
00000082	RAIO X PE EM AP OU OBLIQUA
Total de exames: 1	

Qtd	Cod.Tab
1	

- Fotura

Dr. Marcílio Nicodemos da Cruz  
RADIOLOGISTA  
CRM 3997



## R E C E I T U Á R I O

Nome:.....

Edson Almino

Mãe nome foi de mãe, que  
a namora Maria Raimundo Alis,  
moradora em Rua dos Azeiteiros  
de frente para de n. 200. Parete  
moradora em Rua de Comendador  
de frente, e agora mi moradora é  
moradora da Rua e casa.  
No momento sou casada com o Sr.  
meus filhos com o Sr. em 2015  
de 20 dias

C.R.S.: 392

Ao retorno favor trazer este receituário

Av. Teodorico Teles, 99 - CEP: 63.100-160 - Crato - CE | Tel.: (88) 3523.2600

002 - Receituário

Atendemos convênios e particulares

 Ecoprint

Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT  
 Tel: 21 3861-4600 www.seguradoralider.com.br  
 R. Senador Dantas 74, 5º andar  
 Centro - Rio de Janeiro - CEP 20031-205



Seguradora Líder - DPVAT

# ANEXO 1

TABELA – LIMITES MÁXIMOS PARA ACORDOS EM PEDIDOS POR INVALIDEZ PERMANENTE  
 [Art. 3º da Lei 11.945 de 4/6/2009 que altera a Lei 6.194 de 14/12/1974]

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral					
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica					
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho					
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo					
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé					
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço					



# PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Crato

2ª Vara Cível da Comarca de Crato

Rua Álvaro Peixoto, S/N, São Miguel - CEP 63100-000, Fone: (88) 3521-3326, Crato-CE - E-mail: crato.4@tjce.jus.br

## DECISÃO

Processo nº: **0003129-25.2018.8.06.0071**  
 Classe: **Procedimento Comum**  
 Assunto: **Seguro**  
 Requerente: **Miriam Paulino Alves**  
 Requerido: **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**

**R.H.**

**Inicialmente, defiro a gratuidade da Justiça à parte autora, em face do que estabelecem os artigos 98 e 99, §§ 2º e 3º, do CPC.**

*Considerando que os acordos em ações que visam a complementação da indenização pelo seguro DPVAT dependem sobremaneira da base pericial, determino de logo a realização de perícia, pelo que arbitro, desde já, os honorários periciais no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), por conta da promovida, resguardado o direito ao ressarcimento em caso de improcedência da demanda.*

***Cite-se a parte acionada para oferecer contestação, no prazo de quinze dias (CPC, 335). Advirta-se a parte acionada que, juntamente com a peça contestatória, deverá comprovar o depósito dos valores dos honorários periciais (R\$ 250,00).***

Nomeio perito o Dr. Thiago Leal, Médico especialista em Ortopedia e Traumatologia, CRM 10498.

**Em havendo contestação** e com o depósito do valor dos honorários (R\$ 200,00) pela requerida:

a) intime-se a parte autora para réplica;  
 b) proceda-se o agendamento da perícia, intimando-se as partes da data, encaminhando-se ao perito os quesitos apresentados pelas partes, e os seguintes quesitos do juiz, **mediante o formulário de praxe**:

- 1) Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?
- 2) Descrever o quadro clínico atual informando qual região corporal encontra-se acometida e as disfunções que sejam evolutivas do primeiro atendimento médico hospitalar.
- 3) Há indicação de algum tratamento, incluindo medidas de reabilitação? Informar quais.
- 4) O quadro clínico cursa com disfunções apenas temporárias ou dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)?
- 5) Faz-se necessário exame complementar?
- 6) Segundo previsto na Lei 11.945/09, favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptível(eis) a tratamento como sendo geradora(s) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s), e ainda, segundo o

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**

Comarca de Crato

2ª Vara Cível da Comarca de Crato

Rua Álvaro Peixoto, S/N, São Miguel - CEP 63100-000, Fone: (88) 3521-3326, Crato-CE - E-mail: crato.4@tjce.jus.br

previsto no instrumento legal, firmar sua graduação.

Com a juntada do laudo pericial, intimem-se as partes para manifestação, **ocasião em que a parte ré poderá formular proposta de acordo.**

Havendo proposta de acordo, **intime-se a parte autora para manifestação.**

Crato/CE, 18 de setembro de 2018.

**José Flávio Bezerra Moraes**  
**Juiz de Direito**





# PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Crato

2ª Vara Cível da Comarca de Crato

Rua Álvaro Peixoto, S/N, São Miguel - CEP 63100-000, Fone: (88) 3521-3326, Crato-CE - E-mail: crato.4@tjce.jus.brCrato

## CARTA DE CITAÇÃO ON-LINE

Processo nº: **0003129-25.2018.8.06.0071**  
 Classe: **Procedimento Comum**  
 Assunto: **Seguro**  
 Requerente: **Miriam Paulino Alves**  
 Requerido: **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**  
 Senha do Processo: **Senha de acesso da pessoa selecionada**

Senhor(a) Representante Legal do(a) Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT

A presente carta, extraída da ação em epígrafe, por determinação do(a) **Dr(a). José Flávio Bezerra Moraes**, Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Crato, tem como finalidade a **CITAÇÃO** de V.Sa. Para, querendo, apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência da citação por meio eletrônico, na forma do art. 5º da Lei 11.419/2006, sob pena de ser considerado revel e presumirem-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte requerente.

Este processo tramita eletronicamente. A íntegra do processo poderá ser visualizada pela internet no site [www.tjce.jus.br](http://www.tjce.jus.br) informando o número do processo e a senha que segue à margem superior direita, documento pessoal e intransferível, a qual permite total acesso à tramitação processual, sendo considerada vista pessoal, consoante dispõe o § 1º do art. 9º da Lei nº. 11.419/2006, como parte integrante desta carta.

Crato/CE, 18 de setembro de 2018.

**José Flávio Bezerra Moraes**  
**Juiz de Direito**

Assinado Por Certificação Digital<sup>1</sup>

<sup>1</sup> De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**. Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª  
VARA CÍVEL DA COMARCA DE CRATO-CEARÁ**

**PROCESSO Nº 0003129-25.2018.8.06.0071**

**MIRIAM PAULINO ALVES**, já qualificada nos autos em epígrafe, em ação que move em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, por seus procuradores subscritos, vem, mui respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, **requerer o prosseguimento do feito**, visto que desde 18/09/2018 não há qualquer movimentação no processo, nem mesmo houve a citação da ré, até o presente momento.

Na mesma oportunidade, **reafirma a necessidade de realização de perícia médica**.

Nestes termos  
Pede Deferimento

Juazeiro do Norte-CE, 12 de setembro de 2019.

**Edson Almino Felix Filho**  
**OAB/CE 34.540**

**Emília Feitosa Batista**  
**OAB/CE 35.746**



# PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Crato

2ª Vara Cível da Comarca de Crato

Rua Álvaro Peixoto, S/N, São Miguel - CEP 63100-000, Fone: (88) 3521-3326, Crato-CE - E-mail: crato.4@tjce.jus.br

## DESPACHO

Processo nº: **0003129-25.2018.8.06.0071**  
 Apensos: **Processos Apendos << Informação indisponível >>**  
 Classe: **Procedimento Comum**  
 Assunto: **Seguro**  
 Requerente: **Miriam Paulino Alves**  
 Requerido: **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**

Expediente citatório já adotado.  
 Aguarde-se para início do cômputo do prazo para contestação.

Crato (CE), 08 de outubro de 2019.

**José Flávio Bezerra Moraes**

**Juiz de Direito**

Assinado Por Certificação Digital<sup>1</sup>

<sup>1</sup> De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - **assinatura eletrônica** as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) **assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica**;  
 Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, **serão considerados originais para todos os efeitos legais**.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site **<http://esaj.tjce.jus.br>**. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.  
 Abrir a tela, colocar o **nº do processo** e o **código do documento**.



# PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Crato

2ª Vara Cível da Comarca de Crato

Rua Álvaro Peixoto, S/N, São Miguel - CEP 63100-000, Fone: (88) 3521-3326, Crato-CE - E-mail: crato.4@tjce.jus.br - Tel: (85) 3492-8762

## DESPACHO

Processo nº: **0003129-25.2018.8.06.0071**  
 Apensos: **Processos Apendos << Informação indisponível >>**  
 Classe: **Procedimento Comum**  
 Assunto: **Seguro**  
 Requerente: **Miriam Paulino Alves**  
 Requerido: **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**

### *Requisitei os autos.*

Considerando que não constam nos autos a certidão de consulta ao teor da carta de citação on-line e nem certidão de esgotamento do prazo de 10 dias para haver a citação automática, nos termos da Lei nº 11.419/06, determino que seja certificado se o expediente de fl. 24 fora configurado e gerado de forma regular e se a parte está corretamente cadastrada de acordo com o convênio realizado entre o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e a Seguradora Líder.

Havendo a citação regular, voltem os autos conclusos para a decretação da revelia e designação de perícia. No entanto, constatado algum erro *supra* mencionado na realização do expediente, certifique-se e promova-se, desde logo, a renovação do expediente citatório, via portal, na forma da decisão de fls. 22/23.

Crato (CE), 13 de janeiro de 2020.

**José Flávio Bezerra Moraes**

**Juiz de Direito**

Assinado Por Certificação Digital<sup>1</sup>

<sup>1</sup> De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - **assinatura eletrônica** as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) **assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica**; Art. 11. Os **documentos produzidos eletronicamente** e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, **serão considerados originais para todos os efeitos legais**.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site **http://esaj.tjce.jus.br**. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**. Abrir a tela, colocar o **nº do processo** e o **código do documento**.



# PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Crato

2ª Vara Cível da Comarca de Crato

Rua Álvaro Peixoto, S/N, São Miguel - CEP 63100-000, Fone: (88) 3521-3326, Crato-CE - E-mail: crato.4@tjce.jus.br

## CERTIDÃO

Processo n.º: **0003129-25.2018.8.06.0071**  
 Apensos: **Processos Apendos << Informação indisponível >>**  
 Classe: **Procedimento Comum**  
 Assunto: **Seguro**  
 Requerente: **Miriam Paulino Alves**  
 Requerido: **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**

**CERTIFICO**, para os devidos fins, que a **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT** está devidamente cadastrada de acordo com o código de convênio com o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e que a carta de citação on-line de fl.24 foi configurada e gerada de forma regular conforme prints a seguir.

Crato/CE, 14 de janeiro de 2020.

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**

Comarca de Crato

2ª Vara Cível da Comarca de Crato

Rua Álvaro Peixoto, S/N, São Miguel - CEP 63100-000, Fone: (88) 3521-3326, Crato-CE - E-mail: crato.4@tjce.jus.br

**FELIPE SILVA DUARTE****Estagiário**Assinado por certificação digital<sup>1</sup>

<sup>1</sup> De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.



# PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Crato

2ª Vara Cível da Comarca de Crato

Rua Álvaro Peixoto, S/N, São Miguel - CEP 63100-000, Fone: (88) 3521-3326, Crato-CE - E-mail: crato.4@tjce.jus.br

## DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Processo n.º: **0003129-25.2018.8.06.0071**  
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Seguro**  
 Requerente: **Miriam Paulino Alves**  
 Requerido: **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**

Considerando que a carta de citação de fl. 24 fora expedida 18 de setembro de 2018, data essa anterior a publicação da Portaria nº 613, publicada em 25 de abril de 2019, que disciplina sobre a implantação dos procedimentos de citação e intimação eletrônica, por meio do Portal e-SAJ, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará. Ato normativo esse que, inclusive, fora noticiado como a forma de promover a expansão da citação e intimação eletrônica para comarcas do Interior do Ceará (<https://www.tjce.jus.br/noticias/tribunal-de-justica-vai-expandir-citacao-e-intimacao-eletronica-para-comarcas-do-interior/>).

Considerando ainda que, apesar das fls. 28/29 constarem a certidão demonstrando a regular elaboração do expediente citatório, nos autos persistem a ausência das certidões de encaminhamento do ato citatório, de visualização do portal e de início automático do prazo para contestar. Essa certificação é praxe em processos de natureza similar, possuindo, inclusive, previsão legal (Lei nº 11.419/06).

Considerando, por fim, que a regular citação do polo passivo da demanda é requisito indispensável para a validade do processo (art. 239 do CPC), sendo que eventuais vícios no citatório acarretaria na nulidade dos atos processuais posteriores a ele, fazendo com que a ação deixe de produzir efeitos para o réu (art. 312 do CPC).

Entendo, por bem, considerar a carta de citação on-line inválida para o fim a que se destinou e determino que sejam renovados os expedientes citatórios para a SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, que deverá apresentar contestação no prazo de 15 dias e, na mesma oportunidade, deverá ser intimada para realizar o depósito judicial na quantia de R\$ 250,00 a título de honorários periciais em 15 dias, SOB PENA DE BLOQUEIO.

Ciente de que o portal eletrônico para a Seguradora Líder já fora devidamente implantado na Comarca de Crato-CE, deverá ser essa a forma da citação.

No mais, intime-se a promovente desta decisão.

Crato/CE, 16 de janeiro de 2020.

**José Flávio Bezerra Moraes**  
**Juiz de Direito**



# PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Crato

2ª Vara Cível da Comarca de Crato

Rua Álvaro Peixoto, S/N, São Miguel - CEP 63100-000, Fone: (88) 3521-3326, Crato-CE - E-mail: crato.4@tjce.jus.br

Assinado Por Certificação Digital<sup>1</sup>

<sup>1</sup> De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

§ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica;

Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.





# PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Crato

2ª Vara Cível da Comarca de Crato

Rua Álvaro Peixoto, S/N, São Miguel - CEP 63100-000, Fone: (88) 3521-3326, Crato-CE - E-mail: crato.4@tjce.jus.brCrato

## CARTA DE CITAÇÃO ON-LINE

Processo nº: **0003129-25.2018.8.06.0071**  
 Apensos: **Processos Apendos << Informação indisponível >>**  
 Classe: **Procedimento Comum**  
 Assunto: **Seguro**  
 Requerente: **Miriam Paulino Alves**  
 Requerido: **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**

Prezado(a) Sr(a) Representante do(a) Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT

A presente, extraída da ação em epígrafe, por determinação do **Dr(a). José Flávio Bezerra Moraes**, Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Crato, tem como finalidade a **CITAÇÃO** de V.Sa. de todo o conteúdo da petição, para compor a lide e contestar a presente sob pena de revelia e confissão, ficando advertida de que, não sendo contestada a ação, no prazo de **15 dias**, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela parte(s) autora(s).

Crato/CE, 19 de fevereiro de 2020.

**Wilson Santos de Oliveira**  
**Supervisor de Unid. Judiciária**





# PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Crato

2ª Vara Cível da Comarca de Crato

Rua Álvaro Peixoto, S/N, São Miguel - CEP 63100-000, Fone: (88) 3521-3326, Crato-CE - E-mail: crato.4@tjce.jus.br

## CERTIDÃO

Processo nº: **0003129-25.2018.8.06.0071**  
 Apensos: **Processos Apendos << Informação indisponível >>**  
 Classe: **Procedimento Comum**  
 Assunto: **Seguro**  
 Requerente: **Miriam Paulino Alves**  
 Requerido: **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**

**CERTIFICA-SE** que em 19/02/2020 o ato abaixo foi disponibilizado para o(a) Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT e encaminhado através do portal eletrônico e-SAJ.

Teor do ato: "Considerando que a carta de citação de fl. 24 fora expedida 18 de setembro de 2018, data essa anterior a publicação da Portaria nº 613, publicada em 25 de abril de 2019, que disciplina sobre a implantação dos procedimentos de citação e intimação eletrônica, por meio do Portal e-SAJ, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará. Ato normativo esse que, inclusive, fora noticiado como a forma de promover a expansão da citação e intimação eletrônica para comarcas do Interior do Ceará (<https://www.tjce.jus.br/noticias/tribunal-de-justica-vai-expandir-citacao-e-intimacao-eletronica-para-comarcas-do-interior/>). Considerando ainda que, apesar das fls. 28/29 constarem a certidão demonstrando a regular elaboração do expediente citatório, nos autos persistem a ausência das certidões de encaminhamento do ato citatório, de visualização do portal e de início automático do prazo para contestar. Essa certificação é praxe em processos de natureza similar, possuindo, inclusive, previsão legal (Lei nº 11.419/06). Considerando, por fim, que a regular citação do polo passivo da demanda é requisito indispensável para a validade do processo (art. 239 do CPC), sendo que eventuais vícios no citatório acarretaria na nulidade dos atos processuais posteriores a ele, fazendo com que a ação deixe de produzir efeitos para o réu (art. 312 do CPC). Entendo, por bem, considerar a carta de citação on-line inválida para o fim a que se destinou e determino que sejam renovados os expedientes citatórios para a SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, que deverá apresentar contestação no prazo de 15 dias e, na mesma oportunidade, deverá ser intimada para realizar o depósito judicial na quantia de R\$ 250,00 a título de honorários periciais em 15 dias, SOB PENA DE BLOQUEIO. Ciente de que o portal eletrônico para a Seguradora Líder já fora devidamente implantado na Comarca de Crato-CE, deverá ser essa a forma da citação. No mais, intime-se a promovente desta decisão."

**Crato/CE, 19 de fevereiro de 2020.**